

**XXIV CONGRESSO NACIONAL DO
CONPEDI - UFMG/FUMEC/DOM
HELDER CÂMARA**

DIREITO E SUSTENTABILIDADE I

BEATRIZ SOUZA COSTA

MARIANA RIBEIRO SANTIAGO

Todos os direitos reservados e protegidos.

Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria – Conpedi

Presidente - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa – UFRN

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. José Alcebíades de Oliveira Junior - UFRGS

Vice-presidente Sudeste - Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM

Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Gina Vidal Marcílio Pompeu - UNIFOR

Vice-presidente Norte/Centro - Profa. Dra. Julia Maurmann Ximenes - IDP

Secretário Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC

Secretário Adjunto - Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto – Mackenzie

Conselho Fiscal

Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG /PUC PR

Prof. Dr. Roberto Correia da Silva Gomes Caldas - PUC SP

Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini Sanches - UNINOVE

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS (suplente)

Prof. Dr. Paulo Roberto Lyrio Pimenta - UFBA (suplente)

Representante Discente - Mestrando Caio Augusto Souza Lara - UFMG (titular)

Secretarias

Diretor de Informática - Prof. Dr. Aires José Rover – UFSC

Diretor de Relações com a Graduação - Prof. Dr. Alexandre Walmott Borgs – UFU

Diretor de Relações Internacionais - Prof. Dr. Antonio Carlos Diniz Murta - FUMEC

Diretora de Apoio Institucional - Profa. Dra. Clerilei Aparecida Bier - UDESC

Diretor de Educação Jurídica - Prof. Dr. Eid Badr - UEA / ESBAM / OAB-AM

Diretoras de Eventos - Profa. Dra. Valesca Raizer Borges Moschen – UFES e Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - UNICURITIBA

Diretor de Apoio Interinstitucional - Prof. Dr. Vladimir Oliveira da Silveira – UNINOVE

D598

Direito e sustentabilidade I [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/UFMG/FUMEC/
Dom Helder Câmara;
coordenadores: Beatriz Souza Costa, Mariana Ribeiro Santiago – Florianópolis: CONPEDI,
2015.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-5505-085-5

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: DIREITO E POLÍTICA: da vulnerabilidade à sustentabilidade

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Brasil – Encontros. 2. Sustentabilidade. I.
Congresso Nacional do CONPEDI - UFMG/FUMEC/Dom Helder Câmara (25. : 2015 : Belo
Horizonte, MG).

CDU: 34



XXIV CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI - UFMG/FUMEC /DOM HELDER CÂMARA

DIREITO E SUSTENTABILIDADE I

Apresentação

É com grande satisfação que introduzimos o grande público na presente obra coletiva, composta por artigos criteriosamente selecionados, para apresentação e debates no Grupo de Trabalho intitulado Direito e Sustentabilidade I, durante o XXIV Congresso Nacional do CONPEDI, ocorrido entre 11 e 14 de novembro de 2015, em Belo Horizonte/MG, sobre o tema Direito e política: da vulnerabilidade à sustentabilidade.

Os aludidos trabalhos, de incontestável relevância para a pesquisa em direito no Brasil, demonstram notável rigor técnico, sensibilidade e originalidade, em reflexões sobre o tema da sustentabilidade, à luz da ética e da solidariedade social, paradigma materializado na Constituição Federal.

De fato, não se pode olvidar que a matéria em foco implica num olhar atento para as questões ambientais, mas, ainda, extrapolam tal viés, com claro impacto em segmentos como desenvolvimento social e economia, envolvendo as figuras do Estado, do consumidor e da empresa, demandando uma análise integrada e interdisciplinar.

Os temas tratados nesta obra mergulham na sustentabilidade enquanto valor, na relação entre sustentabilidade e ética, na ecoeconomia, no princípio do protetor-beneficiário, na teoria do decrescimento, nos aspectos educacionais, no desenvolvimento humano e social, na responsabilidade social da empresa, na interface entre consumo e sustentabilidade, na proteção das culturas, no direito de águas, na política de resíduos sólidos, na extrafiscalidade ambiental, na responsabilidade penal etc.

Nesse prisma, a presente obra coletiva, de inegável valor científico, demonstra uma visão lúcida e avançada sobre a questão da sustentabilidade, suas problemáticas e sutilezas, sua importância para a defesa de uma sociedade equilibrada e das gerações futuras, tudo em perfeita consonância com os ditames da democracia, pelo que certamente logrará êxito junto à comunidade acadêmica. Boa leitura!

**ESTADO SOCIOAMBIENTAL EM FACE DO DESENVOLVIMENTO
INCLUDENTE E SUSTENTÁVEL: O QUE É A RESPONSABILIDADE SOCIAL
PARA OS PAÍSES RICOS E POBRES**

**SOCIAL AND ENVIRONMENTAL STATE TO INCLUDING AND SUSTAINABLE
DEVELOPMENT: WHAT IS SOCIAL RESPONSIBILITY TO WEALTHY AND
POOR COUNTRIES**

**Giovanna Paola Batista de Britto Lyra Moura
Hertha Urquiza Baracho**

Resumo

O presente artigo tem como objetivo principal analisar a Responsabilidade Social Empresarial (SER) de acordo com a situação econômica de cada país ou continente. É necessário entender que a responsabilidade dos países é medida através da atividade empresarial desempenhada em seu território, uma vez que a empresa é ator principal na promoção da sustentabilidade ambiental, social, econômica e política. O maior desafio da Responsabilidade Social Empresarial (SER) é coadunar práticas sustentáveis com a obtenção de lucro, posto que, sem este último, a atividade empresarial não sobrevive. Para medir a sustentabilidade alcançada por cada país, a empresa de consultoria AccountAbility elaborou, no ano de 2007, um relatório chamado The State of Responsible Competitiveness 2007, detalhando como empresas localizadas em diferentes países, com culturas diferentes, enfrentam o desafio de inserir práticas sustentáveis em seus negócios. Foi descoberto que, para os países desenvolvidos, a escassez de água é o problema comum, e a reutilização dos recursos naturais tem papel preponderante nas políticas de sustentabilidade. Especificamente nos EUA, a serea social tem prioridade. Já para os países emergentes, as ações visam a suprir as lacunas deixadas pelo Estado. Na África, ainda se confunde sustentabilidade com filantropia e, no Brasil, criou-se, em 1997, a Câmara Temática de Energia e Mudança do Clima do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS). A solução parece estar na metodologia ABCD para o progresso da sustentabilidade, criada pela The Natural Step (TNS), consistente em diagnosticar os problemas relacionados à sustentabilidade e propor soluções criativas para os mesmos.

Palavras-chave: Responsabilidade social empresarial (ser), Sustentabilidade, Atividade empresarial

Abstract/Resumen/Résumé

The present article mainly aims to analyse the Social Enterprise Responsibility (SER) according to each country or continents economic situation. It is needed to understand that countries responsibility is measured throughout the enterprise activity developed in its territory, since the enterprise has a main role in promoting social, political, economical and environmental sustainability. Social Enterprise Responsibility (SER)s main challenge is to

ally sustainable practices with profit, since the entrepreneur activity cannot survive without the last one. In order to measure the sustainability achieved in each country, the consulting company called AccountAbility elaborated in 2007 a report named The State of Responsible Competitiveness 2007, detailing how companies located in different countries with different cultures face the challenge of inserting sustainable practices in their business. It was found that, for developed countries, the lack of water is the common problem, and natural resources reuse plays a main role as far as sustainability policies are concerned. Specifically for the USA, social area is a priority. As for the emergent countries, the actions aim to supply the gaps left by the state. In Africa, sustainability is still confused with philanthropy, and in Brazil, it was created, in 1997, the Câmara Temática de Energia e Mudança do Clima do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS). The solution seems to rest at the ABCD methodology to sustainability progress, created by The Natural Step (TNS), consisting of diagnose problems related to sustainability and suggest creative solutions to those.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Social enterprise responsibility (ser), Sustainability, Enterprise activity

1. INTRODUÇÃO

As empresas desempenham um papel preponderante na promoção de sustentabilidade, em suas acepções econômica, política, social e ambiental, nas localidades onde estão inseridas. Isso se deve ao fato de que as corporações empresariais são dotadas de versatilidade no seu poder de ação, podendo, ao mesmo tempo e através de apenas uma ação ou de um conjunto dessas, modificar situações prejudiciais e melhorar o contexto de vida de uma população inteira.

Por esta razão, a responsabilidade social dos países se confunde com a responsabilidade social de suas empresas, e aquela pode ser medida através das ações destas. É que as atitudes tomadas pela atividade empresarial em uma determinada localidade reflete a própria visão do Estado onde está situada acerca da sustentabilidade, de que forma a sua promoção está sendo tratada, e qual o nível de importância que se atribui às práticas sustentáveis naquele lugar.

No contexto atual, onde a sustentabilidade adquiriu visibilidade global, devido, principalmente, às alterações climáticas observadas no nosso planeta, as empresas deixaram de ser vistas apenas como negócios que visam o lucro acima de tudo, e passaram a ser observadas também sob a ótica de sua contribuição para a melhora do contexto de vida de populações inteiras. Neste sentido, não se busca mais somente o melhor produto – é necessário saber se a empresa que o produz observa valores mínimos no tocante às práticas sustentáveis, a saber, quais as suas preocupações do ponto de vista ambiental, político, social e econômico, e o que ela tem feito de forma a contribuir para a modificação de tais problemas.

O presente artigo tem o objetivo de apresentar a Responsabilidade Social Empresarial (SER), através de seu conceito, e de que forma esta responsabilidade pode auxiliar na promoção de desenvolvimento sustentável das localidades onde estão inseridas as mais diversas empresas. Neste contexto, a Responsabilidade Social Empresarial é apresentada como a própria responsabilidade dos países, posto que, conforme já mencionado anteriormente, a relevância atribuída à vertente sustentável por cada país é refletida nas atividades empresariais desempenhadas em seu território.

No que tange à estruturação deste trabalho, enfatiza-se o conceito de desenvolvimento sustentável, porquanto necessário pontuar a ocorrência de mudança, em sua concepção nascedoura, para os ditames atuais, pautados, principalmente, no

reconhecimento de que a seara ambiental é apenas uma das importantes nuances da sustentabilidade. Muito mais do que uma acepção ecológica, o desenvolvimento sustentável visa à melhoria da vida dos seres humanos em todos os países do globo, com a diminuição das desigualdades sociais, a distribuição igualitária de renda e a concessão de oportunidades, senão iguais, mas semelhantes, para que todos possam ter a chance de, se quiserem, desenvolver suas habilidades e capacidades.

Uma segunda preocupação foi a digressão a respeito da Responsabilidade Social Empresarial (SER), de que forma esta é alcançada, quais os maiores desafios em sua promoção, e que fatores influenciam a tomada de decisões no contexto empresarial.

Um terceiro elemento foi apresentar a variação específica da Responsabilidade Social Empresarial (SER) e, por conseguinte, da responsabilidade dos países ricos e pobres, de acordo com o contexto onde está inserida a empresa. Aborda-se a tentativa de compreender de que forma a Responsabilidade Social Empresarial (SER) varia de acordo com o país e a cultura onde a empresa está situada. É que o contexto social, ambiental, cultural e econômico influencia sobremaneira as políticas empresariais tomadas com o objetivo de promover a sustentabilidade, vez que os problemas atinentes à palavra podem ser diferentes, dependendo das fraquezas de cada país ou continente, e um problema pode ter uma importância maior em um lugar do que em outro. Para tanto, lança-se mão do relatório *The State of Responsible Competitiveness 2007*, elaborado pela empresa AccountAbility, que mede como os países, em suas mais diversas realidades, enfrentam o problema. Para os mais ricos, por exemplo, o problema comum é a escassez de água e a reutilização dos recursos naturais, de modo que as políticas das empresas localizadas nestas nações se direcionam à economia da água e às formas de diminuir a degradação ambiental, como no caso da França. Para os EUA, especificamente, o problema da sustentabilidade adquire uma nuance muito mais social, uma vez que enfrentam a relutância de alguns cidadãos em custear o serviço de saúde para todas as pessoas, e não somente para aquelas que têm condições financeiras de contribuir. Já na Índia e na África, o maior problema reside na confusão entre responsabilidade empresarial e filantropia, enquanto, na América Latina, os países enfrentam a falta de capacidade institucional dos governos para promover práticas sustentáveis, e exigi-las de suas empresas.

O quarto elemento mostra que, a despeito dos problemas mencionados ao longo dos tópicos anteriores, há uma crescente preocupação com a Responsabilidade Social

Empresarial (SER) ao redor do mundo. No caso específico do Brasil, foi criada, em 1997, a Câmara Temática de Energia e Mudança do Clima do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável nas empresas que atuam no país. A solução parece estar na adoção da Metodologia ABCD, criada pela empresa The Natural Step (TNS), consistente na conscientização acerca dos problemas que merecem ser enfrentados em nossa realidade, e a propositura de soluções criativas para tais.

2. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Hodiernamente, a ideia de desenvolvimento ultrapassa a corrida desmedida e irresponsável em busca do lucro, para abarcar as preocupações oriundas das concepções do desenvolvimento sustentável. Significa dizer que, muito embora os países estejam em uma incessante busca pelo desenvolvimento econômico que os coloca no patamar daquelas nações que governam os rumos do mundo, é preciso observar as necessidades do meio-ambiente, bem como dos indivíduos que habitam tais países. É inegável que, na sua concepção nascedoura, a expressão desenvolvimento sustentável possuía uma abordagem ecológica, de preservação do meio-ambiente, frente à exploração desenfreada dos recursos naturais não-renováveis pela ação antropocêntrica. No entanto, com o passar dos anos, e com a crescente preocupação dos estudiosos com as condições de vida das populações, mormente daquelas localizadas nos continentes mais pobres do globo, houve uma transmutação naquilo que realmente significa desenvolver-se com sustentabilidade, para abarcar não só o seu aspecto “verde”, mas as outras vertentes daquela palavra de múltiplos significados.

Hoje em dia, a sustentabilidade adquire uma nova nuance, para englobar, além da conservação do meio ambiente visando à satisfação das necessidades das gerações atuais, sem esquecer as gerações futuras (COUTINHO e BARACHO, 2013), um processo contínuo que deve incorporar aos programas de combate à pobreza e de melhoria na distribuição da renda, outros fatores igualmente tão importantes quanto como a dotação do indivíduo de dotações de capital humano adequadas, aliados à criação e constituição de um elevado capital social (SEN, 2000). Neste mesmo

sentido, Martha Nussbaum (2011) sugere que o desenvolvimento sustentável é aquele que supera o aumento do capital e da renda, para preocupar-se com o aumento das capacidades humanas, de modo que todos os indivíduos sejam dotados de oportunidades iguais de desenvolvê-las, caso tenha intenção de tal.

Neste sentido, Xavier e Lanzillo (2013) caracterizam a terceira acepção do desenvolvimento como aquela que integra todos os fatores da sociedade. Para os autores, “além do crescimento da riqueza, representante do aspecto quantitativo do desenvolvimento, tem-se o aspecto qualitativo, representado pela melhoria dos indicadores sociais (saúde, educação, acesso a bens essenciais, entre outros)”.

No contexto moderno, pensar o desenvolvimento sustentável é analisar a relação entre desenvolvimento econômico e meio ambiente e buscar mecanismos de equilíbrio entre ambos para que o homem, com liberdades mínimas, isto é, com condições suficientes para sobrevivência, construa a sua autonomia, sua cidadania e sua liberdade frente ao desenvolvimento econômico, sem desprezo ao meio ambiente e identificar, na ecologia de restauração, a fundamentação cidadã do desenvolvimento sustentável (JARDIM, 2005).

Deste modo, o acesso aos direitos fundamentais seria verdadeiro promotor da ampliação das liberdades dos cidadãos e, por conseguinte, do desenvolvimento sustentável, porque garantiria um maior equilíbrio entre as fatias da população brasileira, tão assolada pela má distribuição de renda e marginalização das camadas mais pobres. Assim, daria sua contribuição, de maneira efetiva, para uma maior autonomia destas pessoas, em um claro processo de aumento da cidadania e redução das desigualdades sociais.

Portanto, pensar o desenvolvimento sustentável enquanto proteção apenas do meio ambiente, preservando-o de acordo com as necessidades das atuais gerações, sem, contudo, esquecer-se das gerações futuras, é uma ideia, no mínimo, incompleta. A ecologização do desenvolvimento sustentável deve ser entendida apenas como uma das faces deste pensamento. É que, conforme preleciona Juarez Freitas (2011), o conceito de sustentabilidade tem natureza multidisciplinar. No que nos interessa, sustentabilidade, em sua concepção mais moderna, está intrinsecamente relacionada aos direitos humanos, e ultrapassa a ideia de codesenvolvimento para abordar, também, os direitos sociais dos cidadãos, e a maneira como esses direitos estão sendo (ou não) atendidos, como forma de reduzir as desigualdades sociais e possibilitar o exercício da liberdade real tão defendida por Amartya Sen.

Significa dizer, então, que o desenvolvimento sustentável é um conceito multifacetado, que supera a ideia preliminar de preservação do meio ambiente – ecologização – face à exploração desmedida dos recursos naturais não-renováveis, pelo homem, para alçar voos ainda maiores. Ultrapassa, também, a concepção de crescimento econômico (aumento de capital e renda), para abordar, ainda, a maneira como a divisão desses recursos está sendo feita, se há aumento das liberdades e capacidades dos indivíduos, e se há maior garantia de seus direitos sociais.

3. O QUE É RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL (SER)

No atual cenário da preocupação com o meio ambiente, alcançado, principalmente, na década de 70, quando realizaram-se os principais eventos tendentes a despertar o mundo para a questão ambiental, o compromisso empresarial com a sustentabilidade deixou de ser uma estratégia de marketing, como de início, para se tornar uma condição para a opção de determinados consumidores por uma marca ou outra.

Isso se deve, principalmente, ao fato de que os consumidores estão cada vez mais educados e informados. Diante disso, passaram a buscar elementos sustentáveis nas marcas que consomem e, não os encontrando, migram para outras empresas que melhor se adequem ao novo paradigma de consumo em escala mundial – as ações empresariais que visem à proteção do meio ambiente.

O foco deixou de ser a maximização dos lucros a qualquer custo, para determinar que as empresas exerçam seu papel frente não só às alterações climáticas e ambientais experimentadas pelo nosso planeta, mas também cooperem com a implementação da sustentabilidade em suas mais diversas nuances, mormente a social. Um número cada vez maior de consumidores dos mais diversos ramos empresariais deseja investir seu dinheiro não só em um produto de qualidade, mas em um objeto que reflita a preocupação de um determinado empresário com projetos sociais que visem à melhoria das condições de vida daqueles que mais necessitam.

A partir disso, podemos conceituar a Responsabilidade Social Empresarial – originária da expressão inglesa *Social Enterprise Responsibility* (SER) - como um conjunto de ações empresariais destinadas a promover o desenvolvimento social e a preservação ambiental, de modo a contribuir, de forma ativa, para a transformação do

contexto social, econômico, ambiental e político do local onde está inserida.

Neste sentido, a empresa MAPFRE S.A. denomina a Responsabilidade Social Empresarial (SER) de Responsabilidade Social Corporativa, conceituando-a como uma forma de gestão empresarial caracterizada pela adoção de relações éticas e transparentes da empresa para com o seu público, de forma que esta trace metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável não só em seu significado ambiental, mas também com a preocupação com o aspecto social e cultural.

Nagata, Vieira, Silva e Gimenes (2010) conceituam-na como “o comprometimento voluntário das organizações com o desenvolvimento da sociedade e a preservação do meio ambiente, consciente de que estará contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa.”. Assim, alcançar-se-á não só o desenvolvimento das gerações atuais, mas também das futuras, com o respeito à diversidade e a diminuição substancial das desigualdades sociais que assolam o nosso continente.

De tal definição, podemos inferir que a Responsabilidade Social Empresarial (SER) não se confunde com a filantropia ou com o assistencialismo. Muito embora esta tenha sido o passo inicial para aquela, a SER é um termo muito mais abrangente, e representa um conjunto de ações, em longo prazo, destinadas a promover o desenvolvimento sustentável da região onde está situada a empresa, enquanto a filantropia engloba ações humanitárias e reativas, destinadas a solucionar problemas imediatos.

Sobre a diferença entre filantropia e Responsabilidade Social Empresarial (SER), o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (2002) entende que, enquanto a filantropia é apenas a relação social da organização empresária para com a comunidade, a responsabilidade social faz parte do planejamento estratégico da empresa, e trata diretamente dos negócios da mesma, de como ela os conduz, e representa um instrumento de gestão empresarial.

A empresa desempenha um papel preponderante na promoção do desenvolvimento sustentável, na forma anteriormente vista. É que, devido ao seu poderio econômico, ao alcance de suas políticas e à influência que exerce no meio onde se localiza, consegue, através de uma simples ação ou política, modificar o contexto não só daqueles que trabalham para ela, mas de suas famílias e daqueles que se beneficiam de seus programas sociais. A forma como as empresas encaram a

Responsabilidade Social Empresarial (SER) vai depender de sua localização, mais especificamente da situação econômica, política, social e cultural do país onde se localiza, bem como da importância dada pelo governo local à promoção da sustentabilidade em seus mais diversos significados.

Portanto, pode-se dizer que a sustentabilidade para os países é medida através da atuação das corporações neles presentes, uma vez que, dado o papel principal das empresas na promoção de sustentabilidade, a ação delas é reflexo da forma como o país encara o desenvolvimento sustentável, e a política empresarial; e a maneira como a Responsabilidade Social Empresarial (SER) é conduzida no local é resultado direto desta relação.

No estágio em que estamos, a tomada de decisões empresariais depende, preponderantemente, de seis fatores distintos. Primeiro, do contexto social e econômico no qual estão inseridas – isto influencia na quantidade de recursos que podem ser alocados na promoção de desenvolvimento sustentável, assim como na detecção dos problemas mais graves e que necessitam de solução iminente. Segundo, dos aspectos geográficos do país onde se localizam – um país de dimensões continentais, como o Brasil, demanda ações empresariais distintas daquelas adequadas a um território menor. Terceiro, há de se levar em consideração os padrões culturais do país onde está a empresa, tais como religião e tratamento das minorias, como mulheres, crianças, homossexuais e deficientes físicos. A relação com os funcionários e a importância atribuída a eles e às suas famílias também interessa à forma como serão tomadas as decisões empresariais, assim como a pressão dos consumidores e acionistas, e as exigências da legislação ambiental, que varia de um lugar para outro, podendo ser quase inexistente ou bastante rígida.

O desafio consiste na transformação dos discursos fáceis em práticas efetivas de negócio, sem prejuízo do lucro, porquanto este é o motor que impulsiona a atividade empresarial e, sem este, ela não sobrevive. Pensar em lucro é premissa de existência de uma empresa; mas não como finalidade e sim como meio. O lucro empresarial é imperativo e deve ser exigido das empresas (como forma de mensuração de seu direito de existir como agente econômico de transformação); porém deve ser entendido como meio, energia, combustível que permite à empresa atingir seus objetivos, sua missão (REVISTA SUSTENTABILIDADE, 2009). O lucro, que antes era um objetivo maior dos negócios de uma empresa, passará a ser apenas consequência dos serviços que foram prestados ao cliente, lucrando assim não só as

empresas e seu público interno, como também a sociedade que irá usufruir dos benefícios proporcionados (SANTOS, 2004).

4. RESPONSABILIDADE SOCIAL EM CADA PAÍS OU CONTINENTE

Com o objetivo de medir a sustentabilidade alcançada por cada empresa e, conseqüentemente, por cada país ou continente, a empresa de consultoria AccountAbility lançou, no ano de 2007, um relatório chamado *The State of Responsible Competitiveness 2007: making sustainable development count in global markets*, de autoria de Simon Zadek e Alex MacGillivray. O estudo, que conta com textos elaborados por *experts* no assunto, trata sobre como corporações, de diferentes culturas e localizações geográficas, vêm enfrentando o desafio de inserir a sustentabilidade em seus negócios.

Para medir a forma como tais empresas encaram a questão de aliar a sustentabilidade à atividade empresarial, o relatório avaliou a adoção de práticas empresariais baseadas no princípio da sustentabilidade em 108 países, conforme a situação política, econômica e social de cada um deles.

De acordo com o documento (ZADEK; MACGILLIVRAY, 2007), para os países desenvolvidos, o ponto comum é a preocupação com a escassez de água. Este problema, de tão sério, sobrepõe-se, inclusive, ao aspecto social tão discutido nos países emergentes, como o Brasil e a Índia, conforme veremos mais adiante. Nestes lugares, as empresas empregam seus recursos e destinam seus esforços no que tange à sustentabilidade à reutilização de recursos naturais, através, principalmente, do investimento em tecnologia que permita essa reutilização, conforme pontua o estudo da WBCSD - *World Business Council for Sustainable Development*.

No mesmo sentido, existe uma iniciativa da *Buildings for a Livable Future* em tais países considerados desenvolvidos, referente à arquitetura e à construção civil. Investe-se cada vez mais nos chamados “prédios verdes”, que são construções baseadas em princípios de ecoeficiência, tais como reutilização de água da chuva, coleta e utilização de energia solar, desenvolvimento de ambientes com iluminação natural, entre outras medidas.

No contexto europeu, a França introduziu a sustentabilidade na cadeia produtiva

da indústria do país. Busca, assim, a diminuição da degradação ambiental pelas próprias empresas, na questão da energia e da água. A companhia Energy Access, daquela nacionalidade, é pioneira na iniciativa de oferecer energia menos impactante a populações de baixa renda em países emergentes, contribuindo, assim, para promover o desenvolvimento econômico das regiões beneficiadas.

Já para os Estados Unidos, os esforços no que concerne à sustentabilidade são destinados à seara social, principalmente na área de saúde, mormente a partir do governo Obama. Há uma tentativa de diminuir as desigualdades sociais no próprio país, em um momento em que a ascensão de classes é quase impossível naquele país, graças ao desemprego. O atual governo enfrenta resistência de algumas classes sociais em custear o sistema de saúde para que todos tenham acesso a ele, e não apenas aqueles que tem condições de contribuir financeiramente para o seu financiamento.

Apesar de ser conhecida por não possuir legislação ambiental rígida, a China começa a dar passos discretos na direção da implementação do princípio do desenvolvimento sustentável em sua atividade corporativa, através de estudos acerca do papel das empresas em economias emergentes, dos impactos ambientais e da governança corporativa.

A Índia encontra-se em estágio semelhante ao do Brasil, no qual a maioria das empresas, além de compreender o seu novo papel, já adotou o conceito de sustentabilidade no negócio, transformando-o em algo mais do que uma simples ferramenta de promoção corporativa. No entanto, enfrenta inibição em relação ao seu alcance, de modo que o esforço de responsabilidade social na Índia tem sido ofuscado pelos graves e diversos problemas sociais do país, bem como pela fome experimentada em várias partes de seu território.

Os programas de Responsabilidade Social Empresarial (SER) indianos abordam temas como educação, saúde, meio ambiente, governança, voluntariado corporativo, microcrédito, igualdade de gêneros, padrões de trabalho, economia e reutilização de energia e recursos naturais e serviços de Tecnologia da Informação (TI). Entretanto, ainda existe confusão com a filantropia, sendo esta típica dos países mais pobres, e há certa resistência das empresas em relatar suas práticas de SER, demonstrando que elas não se encontram enraizadas nas empresas, e as corporações as empregam muito mais como estratégia de marketing ou uma espécie de favor, do que como ferramenta de gestão.

Para os países da América Latina, o desafio é ainda maior. É que o continente é

dotado de formação altamente heterogênea, e reúne tanto países com baixos níveis de desenvolvimento econômico, social e político, a exemplo da Venezuela, quanto países emergentes, como o Brasil. Assim, as empresas aí localizadas precisam adequar suas práticas sustentáveis ao contexto de cada país individualmente, pois a existência de uma única política de implementação de sustentabilidade no continente seria ineficaz em algumas localidades.

As pequenas e médias empresas da região estão se comprometendo com práticas de SER chegando a ser mais ativas que as do sul da Europa, incluindo Espanha, Itália e França. O motivo principal para o alto interesse dos latinos pela SER decorre da ampla divulgação do tema na mídia e em eventos cada vez mais frequentes do mundo corporativo realizados na região. Os latinos estão mais preocupados com os empregados e o ambiente de trabalho do que, por exemplo, com iniciativas em defesa de meio ambiente, um reflexo de que as ações tomadas neste continente enfrentam a sustentabilidade em sua nuance social dissociada da ambiental.

Devido à falta de capacidade institucional dos governos dos países mais pobres do continente, aliada a uma governança débil e um clima de negócios não favorável, em consequência dos dois motivos anteriores, as práticas responsáveis do ponto de vista da sustentabilidade se concentram, basicamente, na Argentina, no Brasil, Panamá e Peru. Uma solução plausível seria o fomento dos incentivos governamentais à SER, bem como a mobilização da sociedade civil para este fim, já que esta categoria possui papel preponderante.

Para os países emergentes, de maneira específica, as empresas destinam suas ações à busca para suprir as lacunas deixadas pelo Estado. Um exemplo é a iniciativa mexicana *Mi Farmacita Nacional*, que vende medicamentos genéricos à população de baixa renda. Segundo o relatório da empresa AccountAbility (2007), a iniciativa compreendia, até o mês de março de 2007, 57 franquias e 15 estados, com vendas que totalizaram 2,9 milhões de dólares em 2006. Um outro exemplo é a companhia de cosméticos brasileira Natura, cujo trabalho com a castanha-do-pará e outros materiais *in natura*, envolvendo a subsistência das comunidades dos locais onde atua, tem como consequências a combinação de bons resultados econômicos com resultados sociais e ambientais.

O continente africano, infelizmente, ocupa o fim da fila em matéria de noções e práticas de sustentabilidade corporativa. Seu baixo desempenho nesta seara se deve, principalmente, à fragilidade da economia nacional, combinada com os problemas de

ordem social oriundos dos tempos coloniais. Os recursos são escassos e, quando existentes, não se destinam à implementação dos programas, mas à luta pela sobrevivência e ao enfrentamento de questões emergenciais como a fome e a compra de medicamentos para as vítimas do HIV. Falta capacidade para o entendimento de que a sustentabilidade é essencial, bem como a conscientização da diferença entre filantropia e Responsabilidade Social Empresarial (SER).

As melhores iniciativas na África são fruto da atuação de grandes empresas estrangeiras, oriundas, especialmente, dos países desenvolvidos. Podemos destacar a Novartis, empresa suíça, que oferece apoio físico e psicológico aos órfãos da AIDS em 13 países africanos, por meio de sua *Novartis Foundation for Sustainable Development (NFSD)*, preenchendo vácuos de atuação governamental. A fundação disponibiliza também capacitação a ONGs, para que estas continuem e multipliquem o trabalho.

A companhia holandesa Heineken, em Serra Leoa, implantou um sistema de medição de seus impactos, diretos e indiretos na economia local. Como efeitos diretos foram classificados os empregos e os investimentos locais e, indiretos, a verba reinvestida no país e os empregos criados por terceiros. Para cada dólar gasto em Serra Leoa, o efeito econômico total é cinco vezes maior.

No caso específico do Brasil, podemos destacar as iniciativas da Natura, já mencionada anteriormente, e do Grupo Votorantim. Este último criou uma Gerência Geral de Sustentabilidade, destinada a desenvolver a sustentabilidade socioeconômica nas empresas componentes do *holding*, assim como conselhos comunitários, buscando o desenvolvimento da comunidade e o fomento de novos negócios.

5. SOLUÇÃO: METODOLOGIA ABCD

No Brasil, visando a solucionar o problema da incorporação da Responsabilidade Social Empresarial (SER), criou-se, no ano de 1997, a Câmara Temática de Energia e Mudança do Clima do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), uma associação civil, sem fins lucrativos, destinada a promover o desenvolvimento sustentável em todas as empresas que atuam no país. Este órgão é o representante no Brasil da rede do *World Business Council for*

Sustainable Development (WBCSD).

A filosofia da câmara baseia-se na metodologia *Triple Bottom Line*, que norteia a atuação das empresas a partir de três pilares: o econômico, o social e o ambiental.

Nesta senda, a solução apropriada à resolução do problema, de forma a fazer as empresas encararem a Responsabilidade Social Empresarial (SER) como ferramenta de gestão, ao invés de mera estratégia de marketing verde, parece ser aquela proposta pela *The Natural Step (TNS)*, chamada Metodologia ABCD para o progresso da sustentabilidade. Ela contempla quatro passos diferentes. O passo A significa *awareness and vision*, consistente na conscientização e visão sobre o papel da sustentabilidade; o B, *baseline mapping*, ou mapeamento da linha base; C representa *creative solutions*, ou soluções criativas sobre o assunto, enquanto o último passo, D - *decide on priorities* – engloba decisões sobre as prioridades.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo o exposto, e com base em toda a bibliografia apresentada, podemos concluir que ainda há um longo caminho a ser percorrido com destino à incorporação da Responsabilidade Social Empresarial (SER) à política corporativa das empresas mundiais, principalmente nos países situados nos continentes menos desenvolvidos, como a África e a América Latina.

As poucas iniciativas neste sentido ainda representam estratégias de marketing verde, ao invés de atuações duradouras intrínsecas ao *modus operandi* da empresa. É necessário incutir na mente dos grandes corporativistas, dos trabalhadores e dos consumidores a importância do papel da empresa na promoção de sustentabilidade, em suas acepções econômica, política, social e ambiental, nas localidades onde estão inseridas, por serem dotadas de versatilidade no seu poder de ação, podendo, ao mesmo tempo e através de apenas uma ação ou de um conjunto dessas, modificar situações prejudiciais e melhorar o contexto de vida de uma população inteira.

Os maiores desafios ainda são mais visíveis nos países mais pobres. A luta pela sobrevivência ofusca a promoção de sustentabilidade – como preocupar-se com a saúde do meio ambiente, quando os seres humanos vivem em condições degradantes

e, muitas vezes, sequer têm o que comer ou beber? É necessário coadunar as perspectivas da Responsabilidade Social Empresarial (SER) em todas as suas vertentes, de modo a aliar os esforços na busca pela diminuição das desigualdades sociais e da miserabilidade social com a promoção de sustentabilidade ambiental. Somente com a atuação eficiente e duradoura das corporações este ideal poderá ser devidamente atingido, já que, conforme visto ao longo do presente trabalho, a empresa é o vetor principal da melhoria das condições de sustentabilidade das populações e dos planetas.

A despeito dos problemas mencionados ao longo dos tópicos anteriores, há uma crescente preocupação com a Responsabilidade Social Empresarial (SER) ao redor do mundo. No caso específico do Brasil, foi criada, em 1997, a Câmara Temática de Energia e Mudança do Clima do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável nas empresas que atuam no país. A solução parece estar na adoção da Metodologia ABCD, criada pela empresa The Natural Step (TNS), consistente na conscientização acerca dos problemas que merecem ser enfrentados em nossa realidade, e a propositura de soluções criativas para tais.

7. REFERÊNCIAS

BUILDINGS FOR A LIVABLE FUTURE. **Sustainability & Green Building**.

Disponível em: <

http://www.mdp.state.md.us/PDF/OurWork/RoundTable/20080731/USGBC_Green_Buildings_Roundtable_20080731.pdf>.

Acesso em: 05 abr. 2015.

COUTINHO, Ana Luísa Celino; BARACHO, Hertha Urquiza. **A efetividade do princípio da capacidade contributiva como requisito para o desenvolvimento fiscal sustentável**. In: ___ BASSO, Ana Paula et al. *Direito e Desenvolvimento Sustentável: Desafios e perspectivas*. Curitiba: Juruá, 2013, p. 153.

FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade: direito ao futuro**. Belo Horizonte: Fórum, 2011, p. 53-65.

INSTITUTO ETHOS. **Perguntas e respostas**. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br/pri/princ/prespostas/index.asp>>. Acesso em: 04 abr. 2015.

JARDIM, Jean de Sousa. **Desenvolvimento sustentável, desenvolvimento como liberdade e a construção da cidadania na perspectiva ambiental**. Revista do Programa de Mestrado em Direito do UniCEUB, Brasília, v. 2, n. 1, p. 189-201, jan./jun. 2005.

MAPFRE S.A. (**Mutualidad de la Agrupación de Proprietários de Fincas Rústicas de España**) e MAPFRE Vera Cruz seguradora S.A. (**Brasil**). Disponível em: <<http://www.mapfre.com.br>>. Acesso em 04 abr. 2015.

NAGATA, Marcelo; VIEIRA, Maria Angélica; SILVA, Raquel Rocha da; GIMENES, Higor Correa. **Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Social Corporativa. É possível ser sustentável? Caso MAPFRE S.A.** Disponível em: <<http://www.rumosustentavel.com.br/desenvolvimento-sustentavel-e-responsabilidade-social-corporativa-e-possivel-ser-sustentavel-caso-mapfre-s-a/>>. Acesso em: 04 abr. 2015.

NUSSBAUM, Martha C. **Creating capabilities – the human development approach**. Cambridge: Belknap Harvard, 2011.

REVISTA SUSTENTABILIDADE. **Responsabilidade Social Empresarial como Vantagem Competitiva.** Disponível em: <
<http://www.rumosustentavel.com.br/responsabilidade-social-empresarial-como-vantagem-competitiva/>>. Acesso em: 04 abr. 2015.

SANTOS, Jackson. **Responsabilidade social no cenário empresarial.** Disponível em: < <http://www.ceap.br/artigos/ART06122007183822.PDF>>. Acesso em: 04 abr. 2015.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

XAVIER, Yanko M. de Alencar; LANZILLO, Anderson S. da Silva. **A regulação do biodiesel no Brasil na perspectiva do desenvolvimento sustentável.** In: ____ BASSO, Ana Paula et al. **Direito e Desenvolvimento Sustentável: Desafios e perspectivas.** Curitiba: Juruá, 2013, p. 253.

ZADEK, Simon. MACGILLIVRAY, Alex. **The State of Responsible Competitiveness 2007: making sustainable development count in global markets.** Disponível em: <<http://www.accountability.org/about-us/publications/the-state-of.html>>. Acesso em: 05 abr. 2015.